



Iniciativa para
Transparência das
Indústrias
Extractivas

São Tomé e
Príncipe

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO COMITÉ NACIONAL DURANTE O ANO DE 2014

1. Avaliação geral do desempenho do ano:

O ITIE-STP apresentou um significativo progresso em 2014, sendo que um dos principais objectivos da sua candidatura foi cumprido: a conclusão do 1º Relatório de ITIE para a zona económica exclusiva (ZEE) de São Tomé e Príncipe e para a zona de desenvolvimento conjunto (ZDC) com a Nigéria.

O 1º Relatório de ITIE abrangeu o período de 2003 a 2013, permitindo obtenção de informações necessárias a compreensão da evolução da indústria petrolífera em São Tomé e Príncipe no tocante às atividades das empresas participantes nos blocos da ZEE e da ZDC. Igualmente, o relatório elucidou sobre os pagamentos efetuados ao Governo, a utilização da Conta Nacional do Petróleo através do orçamento geral do Estado e, muito particularmente, elucidou sobre a utilização dos montantes pagos pelas empresas para desenvolvimento dos projetos sociais.

Assim, o ano de 2014 foi um período de tomada de consciência do Comité Nacional sobre o seu verdadeiro papel, tendo o comité participado na tomada de decisões sobre a contratação do Administrador Independente, através do desenvolvimento e aprovação dos termos de referencia, e do entendimento sobre os aspectos importantes relativos a produção do relatório de ITIE.

Conheceu-se a nível do Comité Nacional de ITIE um engajamento mais acentuado, sendo que foram realizadas mais reuniões do Comité Nacional relativamente a média dos anos anteriores. Igualmente, as reuniões tiveram participação de instituições convidadas, promovendo uma melhor visibilidade a ITIE e difusão dos seus objetivos.

Houve um maior intercâmbio e relação com o Administrador Independente, as instituições envolvidas no processo, como o Banco Central, a Agência Nacional do Petróleo, o Gabinete de Registo e Informação Pública, a Direção do Tesouro, e mesmo as empresas petrolíferas, nos trabalhos de coleta de dados e informações contextuais para a produção do 1º Relatório de ITIE, permitindo um maior engajamento e melhor conhecimento do processo.

No entanto, 2014 foi um ano de eleições em São Tomé e Príncipe e, de certa forma, condicionou o bom andamento das atividades planeadas pelo Comité Nacional. O Plano de Trabalho aprovado pelo Comité Nacional para 2014 não teve realização totalmente satisfatória, tendo-se registado uma certa deficiência em relação às formações previstas para a Sociedade Civil e os media, e na comunicação dos objetivos e dos resultados do 1º Relatório de ITIE.



A ausência de recursos humanos necessários a realização de atividades do Secretariado de apoio ao Comité Nacional continua a constituir um constrangimento para a realização cabal do Plano de Trabalho.

Pode-se considerar, apesar de todas as vicissitudes acima apresentadas, que houve uma evolução positiva no que toca ao papel das partes envolvidas no processo da candidatura de São Tomé e Príncipe a ITIE. A publicação do 1º Relatório de ITIE apresenta-se como o maior ganho obtido pelo país no concernente a sua adesão a ITIE.

2. Avaliação do desempenho em relação às metas e atividades definidas no Plano de Trabalho:

O Plano de Trabalho aprovado pelo Comité Nacional, contendo atividades para 2014, não foi, como foi referido no capítulo anterior, cabalmente executado. Sobretudo no que tange à formação prevista ao MSG e os media.

Porém, foram desenvolvidas tarefas importantes e fundamentais para o avanço da candidatura de São Tomé e Príncipe, entre elas:

1. Realização de reuniões ordinárias do Comité Nacional;
2. Reajustamento do Plano de Trabalho aos objetivos reais do país na ITIE;
3. Melhor informação e maior envolvimento da sociedade civil;
4. Identificação das necessidades de formações do Comité Nacional da EITI, em particular, da sociedade civil;
5. Introdução do propósito de expansão da ITIE para o sector das pescas;
6. Elaboração e aprovação dos TdR's do Administrador Independente e sua contratação;
7. Elaboração e aprovação do 1º Relatório de ITIE para a ZDC com a Nigéria e a ZEE de São Tomé e Príncipe;
8. Formação ao Comité Nacional dada pelo Secretariado Internacional;
9. Recrutamento do Conciliador;
10. Trabalhos de conciliação;
11. Avaliação do relatório de conciliação;
12. Publicação do Primeiro Relatório.

De acordo com o balanço das atividades realizadas ao longo de 2014, verificou-se uma tendência de melhoramento das realizações das atividades planeadas pelo Comité Nacional.

Assim, podemos considerar que:

1. De acordo com os assuntos a serem tratados e as decisões a serem tomadas, foram realizadas um total de sete reuniões do Comité Nacional, entre Janeiro e Dezembro de 2014;
2. O Plano de Trabalho foi atualizado pelo Comité Nacional, com base na realidade e nos propósitos da ITIE-STP, e tornado mais exequível as ações nele contidas;



3. Algumas das organizações de sociedade civil presentes no Comité Nacional indicaram representantes mais disponíveis para os trabalhos do Comité Nacional;
4. A nível dos propósitos de formação das OSC's prevaleceu um deficit de atividades nesse domínio, sendo que as atividades de formação continuam planeadas e serão realizadas ao longo de 2015;
5. Em 2014 foi discutida e decidida a ideia de expansão do perímetro do ITIE para o sector das pescas, sendo que foram elaborados os TdR's para elaboração de um estudo diagnóstico para o efeito;
6. O Administrador independente foi contratado e o 1º Relatório elaborado;
7. O Comité nacional teve a oportunidade de obter uma formação em reunião alargada sobre os princípios de ITIE e conceitos de comunicação durante a visita promovida pelo Secretariado Internacional e pelo Banco Mundial.

3. Avaliação do desempenho em relação aos Requisitos da EITI:

O desempenho do Comité Nacional ao longo de 2014 não foi o desejado, no entanto sofreu uma evolução considerável e contou com maior participação dos seus membros.

Podemos considerar a evolução do papel do grupo de acordo com o progresso dos requisitos abaixo enumerados:

Requisitos	Progresso
1. Supervisão efetiva de um grupo composto pelas diversas partes envolvidas.	O Comité Nacional tem evoluído no sentido de se engajar melhor nas atividades previstas no plano de trabalho. Igualmente, tem com o tempo adquirido mais informações relativas ao ITIE e ao processo de candidatura e 2014 foi o ano em que essas evoluções se começaram a fazer sentir.
2. Publicação dos relatórios da EITI dentro dos prazos estabelecidos.	O 1º Relatório de ITIE foi publicado a 2 de Novembro de 2014, dentro do alargamento do prazo permitido pelo Conselho de Administração. Os desafios com a elaboração do relatório foram enormes, se tratando de uma primeira experiência, o que influenciou e retardou significativamente os trabalhos. No entanto, não foi necessária uma decisão do Conselho de Administração sobre o pedido feito pelo país para alargamento do prazo de entrega do 1º Relatório.
3. Elaboração de relatórios da EITI que incluam informações contextuais sobre as indústrias	O 1º Relatório de ITIE abrangeu um período longo: de 2003 a 2013. Tratando-se de um período longo, certas informações contextuais requeridas para o relatório não foram facilmente adquiridas. Isto



<p>extrativas.</p>	<p>deveu-se também ao facto de algumas empresas que operaram na ZDC com a Nigéria terem mesmo deixado de existir.</p> <p>Contudo, foi possível produzir um relatório para a ZEE e ZDC com Nigéria contendo as informações contextuais possíveis. Prevê complementar este relatório através de mais recolha de dados das empresas no âmbito do próximo relatório, já em curso.</p>
<p>4. Produção de Relatórios da EITI abrangentes que incluam a divulgação integral das receitas governamentais provenientes da indústria extrativa, bem como a divulgação de todos os pagamentos materiais feitos ao governo pelas empresas de petróleo, gás e mineração.</p>	<p>O 1º Relatório abarcou, como referido anteriormente, todos os pagamentos considerados significantes, de acordo com a materialidade definida pelo Comité Nacional, feitos pelas empresas ao governo.</p>
<p>5. Um processo de garantia credível segundo padrões internacionais.</p>	<p>O processo de elaboração do 1º Relatório decorreu de forma transparente e segundo as normas e os standards previstos e aceitáveis. Os TdR's foram amplamente discutidos e aprovados, foi contratada uma empresa de renome como Administrador Independente, e foram acionados todos os mecanismos formais de contacto e relacionamento com todas as instituições e personalidades envolvidas no processo.</p>
<p>6. Elaboração de relatórios da EITI que sejam compreensíveis, ativamente promovidos, publicamente acessíveis e que contribuam para o diálogo público</p>	<p>O relatório foi produzido contendo informações acessíveis a um certo público-alvo, tanto a nível de formato como a nível de linguagem. Também foi produzido nas línguas requeridas, Português e Inglês, para que se atinja mais número de destinatários e os da Nigéria.</p> <p>A produção de brochuras que acompanharam os relatórios serviu também para alargar o âmbito do seu acesso.</p> <p>No entanto, e devido a sua entrega em plena mudança de governo, a sua divulgação foi relegada para o ano de 2015.</p>



<p>7. O grupo composto pelas diversas partes envolvidas deve tomar medidas para adotar lições aprendidas e rever os resultados e impactos da implementação da EITI.</p>	<p>O Comité Nacional tem dado provas de alguma maturidade, apresentando um crescente engajamento no processo.</p> <p>Tratando-se de um processo novo, e devido aos atrasos na disseminação dos resultados do 1º Relatório, ainda não é notável o papel do Comité Nacional na medição do impacto da implementação da Iniciativa.</p> <p>A criação no seio do Comité Nacional de grupos de trabalho para seguimento de realizações das atividades do Plano de Trabalho e para divulgação de informações e relação com os media foi uma das medidas adoptadas para se suprir estas lacunas.</p>
---	--

4. Visão geral das respostas do grupo composto pelas diversas partes envolvidas em relação às recomendações da reconciliação e Validação, caso aplicável:

Não aplicável.

5. Os pontos fortes ou fracos específicos identificados no processo da EITI:

Como referido acima neste documento, tem-se conhecido um evolução positiva do processo de candidatura de São Tomé e Príncipe a ITIE. Igualmente, as entidades envolvidas têm atribuído maior importância ao papel da ITIE-STP.

O Comité Nacional se reuniu mais vezes e discutiu sobre mais assuntos, bem como o Plano de Trabalho se tornou mais consistente.

Podemos considerar de fortes os pontos acima referidos. Os pontos fracos, prevaletentes, são os seguintes:

1. A ausência de organizações de sociedade civil que se dediquem especificamente a questões da transparência, que resulta no enfraquecimento do debate nas reuniões do Comité Nacional;
2. O ambiente sociopolítico que envolve a indústria extrativa em São Tomé e Príncipe, que ainda não sugere um debate mais ativo e envolvente;
3. Falta de recursos humanos para funcionamento pleno do Secretariado Permanente, o qual tem influência na qualidade dos trabalhos a nível do Comité.

6. Custo total da implementação:



Para o ano de 2014, a ITIE-STP contou com os seguintes financiamentos:

- Orçamento Geral do Estado (OGE): Inscrição de uma verba para apoio aos trabalhos do Comité Nacional e do Secretariado Permanente, de STD 1.100.000.000,00 (USD 55.000,00);
- Fundo Fiduciário Multi-Doadores da ITIE (EITI Trust Fund): USD 113.241,73
- Total: **USD 168.241,73**

7. Este relatório foi discutido para além do grupo composto pelas diversas partes envolvidas?

O relatório foi apenas alvo de discussão e aprovação pelo Comité Nacional.

8. Detalhes da associação do grupo composto pelas diversas partes envolvidas durante o período:

Durante o ano de 2014, o Comité Nacional de ITIE era composto pelos seguintes representantes, tendo havido uma alteração na representação das empresas petrolíferas:

MINISTRO DO PLANO E FINANÇAS (Presidente)

ONG WEBETO (Sociedade Civil)

FEDERAÇÃO DAS ONG'S – FONG STP (Sociedade Civil)

ASSOCIAÇÃO SANTOMENSE DE MULHERES JURISTAS (Sociedade Civil)

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE (Governo)

DIRECÇÃO DO TESOURO (Governo)

CÂMARA DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, AGRICULTURA E SERVIÇOS (Indústria)

RÁDIO NACIONAL DE STP (Comunicação Social)

REGIÃO AUTÓNOMA DO PRÍNCIPE (Governo Regional)

ORANTO PETROLEUM (Empresa petrolífera)

O presente relatório foi aprovado na XV Reunião do Comité Nacional, em 18 de Junho de 2015.

